

Inclusão racial na campanha eleitoral



» RONALD SIQUEIRA BARBOSA
Presidente do Instituto Nacional Afro-Brasileiro (Inabra), professor e mestre em engenharia de telecomunicações

O ponto de partida desta reflexão foi uma propaganda partidária recente que indagava sobre o perfil de presidente desejado pelo eleitor. Uma provocação da esquerda que mobilizou reações da direita. Pouco tempo depois, ocorreu no Rio de Janeiro a invasão do Complexo do Alemão por efetivos policiais — uma ação que surpreendeu o país. Infelizmente, as análises se concentraram mais na aprovação popular do ocorrido do que nos prejuízos causados ao comércio, às escolas, às famílias e à própria cidade.

O resultado foi o fortalecimento de uma onda conservadora — e, lamentavelmente, o luto pela perda de policiais, trabalhadores que também tinham famílias à espera e foram vítimas da tragédia e da imprevisibilidade. Neste carnaval, a Acadêmicos de Niterói, na verdade e vergonhosamente, representa a busca do protagonismo da esquerda na campanha eleitoral.

Nos próximos meses, o país será tomado por um ciclo intenso de disputa: eleições para presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais com muito dinheiro em circulação. No entanto, um segmento segue à margem desse processo — justamente o que representa cerca de 60% da população: os pretos e pardos.

Apesar de terem direito ao fundo partidário, candidatos negros continuam sendo enganados, subfinanciados e, em muitos casos, terminam as campanhas endividados e com a

vida pessoal comprometida. Um retrato de exclusão que persiste mesmo sob o discurso da igualdade.

Entre os temas que vale abordar nessa campanha, estão a saúde mental na periferia — uma urgência nacional. Trata-se de um problema que atravessa toda a sociedade, mas que pesa de forma mais severa sobre a população negra, que sofre mais fortemente a ausência de políticas públicas, o racismo e a fragilidade das estruturas familiares, fatores que ampliam o sofrimento psicológico.

A desigualdade é visível em diversos campos. No sistema de adoção, por exemplo, crianças negras raramente são escolhidas — e, quando o são, dificilmente serão meninas. Ainda que sejamos maioria, seguimos tratados como casta invisível, submetidos às piores condições de moradia, transporte e renda, sem autonomia nem visibilidade social.

Essas distorções deveriam bastar para inspirar compromisso das autoridades. Mas, em vez disso, o debate público tende a se reduzir à polarização vazia e às pautas superficiais — como as promessas ambientais que ressurgem a cada conferência internacional, como a COP30, e que logo desaparecem do noticiário.

É inadmissível que um país com a força produtiva e exportadora do Brasil mantenha o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tão baixo. O que temos é um desenvolvimento desequilibrado, sem poupança nem consumo e muito menos inclusão.

A consequência é o abandono — intelectual, físico e político — de milhões de brasileiros que podem contribuir para o desenvolvimento nacional e alcançar o bem-estar que a ONU define como direito de todos.

Os lares brasileiros precisam de estrutura. Famílias estáveis, comunidades produtivas e educação de qualidade são a base de qualquer

projeto de nação. A exclusão não se vence com slogans, mas com políticas concretas e educação transformadora.

E a educação, por sua vez, não pode ser separatista. Boas escolas não podem continuar sendo privilégio de poucos. É preciso garantir ensino público de qualidade e acesso real ao conhecimento — como fazem países latino-americanos, a exemplo da Bolívia, que investem em modelos educacionais inclusivos e de baixo custo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o bem-estar como físico, mental e social. Mas ele também pode ser visto sob o prisma do desenvolvimento sustentável: primeiro, vendo o indivíduo em sua singularidade; depois, buscando a melhoria de vida coletiva e o respeito ao meio ambiente. É preciso atribuir valor econômico e humano às ações — só assim, o desenvolvimento será, de fato, inclusivo.

É verdade que o conforto material, traduzido em tecnologia e consumo, ajuda a medir avanços. Mas ele não apaga os traumas de quem cresceu em lares desestruturados, marcados pela violência, pelo alcoolismo ou pela ausência do Estado. Essas feridas permanecem, e delas nascem transtornos que se somam aos de origem genética, como o Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

Por isso, é fundamental observar como cada estado brasileiro implementa suas políticas de bem-estar. As desigualdades regionais — sejam urbanas, agrárias ou políticas — continuam revelando formas de exclusão travestidas de programas sociais.

É preciso uma agenda permanente de inclusão e debate ao longo do ano, para que os governos demonstrem, na prática, o quanto estão dispostos a integrar a maioria racial ao projeto de desenvolvimento do país.



Política e economia



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O ano, afinal, começou. Na próxima segunda-feira, serão iniciados os trabalhos de 2026. Até agora, os brasileiros desfrutaram do Natal, do réveillon, das férias e do carnaval, que, segundo a crença geral, não constituem tempo hábil para trabalhar. Curioso é que, exatamente neste momento, o governo do presidente Lula tenta revogar o sistema que consagra seis dias de trabalho para um de descanso. Ou seja, é o incentivo oficial à boa vida. Vale tudo para vencer a eleição.

Os brasileiros, sobretudo os petistas, ainda não entenderam que o país cresceu, mas não enriqueceu. A produtividade do trabalhador europeu ou norte-americano é várias vezes superior à do nacional. Do ponto de vista da matemática, não faz sentido diminuir o tempo de trabalho e manter salário. Mas os objetivos eleitorais são diferentes da natureza das coisas. O presidente, que anda distribuindo bolsas de todos os tipos e tamanhos, foi obrigado a elevar muito os impostos, para cumprir suas promessas.

Sacrificou o crescimento da economia na busca por votos. Anulou o Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil, mas, na outra ponta, elevou de quem ganha acima desse nível. O governo vai continuar a receber o mesmo montante. O que muda é quem paga. E quem paga, usualmente, não vota no Partido dos Trabalhadores.

Governos populistas são assim. O presidente Lula não inventou nada neste particular. O governador Cristovam Buarque, do Distrito Federal, instituiu, no seu período de governo, a Bolsa Escola. Ele copiou o modelo utilizado pelos franceses, na cidade de Lyon. O incentivo para as crianças irem para a escola era o lanche, que, naquela época, constituía algo raro em toda França recém-saída da destruição da Segunda Guerra Mundial. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, aproveitou a ideia e a implantou em todo o território nacional. Cristovam Buarque não conseguiu se reeleger para o governo do DF. Chegou, porém, ao Senado. FHC governou por dois mandatos presidenciais. O esquema populista funciona.

O problema é que as contas nacionais sofrem muito. O Brasil já teve uma dívida externa em dólares que mandava no país. Vários ministros da Fazenda comandaram recessões pavorosas para pagar ao menos os juros dos empréstimos concedidos pelos banqueiros internacionais. Mas a Petrobras descobriu petróleo, e o país começou a produzir o ouro negro. A conta petróleo, que era um pesadelo na contabilidade dos economistas, sumiu. E o bom trabalho realizado por um grupo de técnicos fez a dívida externa desaparecer. Justiça se faça, foi Lula que acabou com o que restava da dívida externa, que era toda em dólares. Pagou a dívida.

Hoje, o problema é parecido, mas a dívida é em reais, contraída junto aos bancos brasileiros. É um grande negócio para os banqueiros nacionais. Eles emprestam para o governo segundo a taxa de juros arbitrada pelo Banco Central. Hoje, está em 15% ao ano. Esse negócio garante rentabilidade acima da inflação e oferece boa taxa de lucro, sem qualquer trabalho ou despesa. Uma delícia para o sistema financeiro. O endividamento brasileiro já anda pela

casa dos 75% do Produto Interno Bruto. Outros países possuem índices maiores. Bom exemplo é o governo dos Estados Unidos, cuja dívida está além dos 120%. A obsessão de Trump com taxas de importação é explicada pela enorme dívida do governo norte-americano que é financiada pelos títulos da dívida pública deles. Acontece que a China, além de vários países da Ásia, estão se desfazendo dos papéis. É guerra sob outro ponto de vista.

Quando Tancredo Neves percebeu que ele iria ganhar a eleição no Colégio Eleitoral, em Brasília, chamou seu parente e amigo Francisco Dornelles e deu a ele a missão de conversar com banqueiros internacionais. A mensagem era simples. O governo brasileiro iria manter o pagamento dos juros da dívida externa. Já no governo Sarney, o então ministro Dilson Funaro, além de fazer o congelamento de preços, chegou ao ápice da negação. Decretou a moratória na dívida externa brasileira. A partir daquele momento, o Brasil deixou de pagar suas obrigações com os banqueiros estrangeiros. No dia seguinte, as agências do Banco do Brasil em todo o mundo ficaram sem recursos. O banco foi excluído da negociação intrabancos. Foi muito difícil retomar a antiga confiança.

Este ano de 2026 vai ser curto. Termina em junho, quando começa a Copa do Mundo de futebol. Se o time brasileiro avançar para as finais, o país ficará paralisado com os olhos postos na televisão. O torneio termina em julho. E, logo em seguida, começa a campanha eleitoral. Candidatos só querem lançar bons projetos para os ouvidos do eleitor. Em política ruim é perder. Vale tudo para vencer uma eleição. Dilma Rousseff tentou seguir esse protocolo: prometeu o país de sonhos, mas iniciou seu segundo mandato no comando de uma recessão. Parece que não deu certo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dj@abr.com.br



Desconectados do povo

O Brasil entra em 2026 com a sensação de estar permanentemente à beira de um acontecimento decisivo que nunca se resolve, apenas se transforma. A metáfora do “ano agitado” não é exagero retórico: ela traduz um estado de espírito coletivo marcado por fadiga política, insegurança institucional e descrença crescente na capacidade do sistema de se autorregular. Os feriados, distribuídos ao longo do calendário, funcionam quase como pausas simbólicas num enredo que parece não conhecer intervalos reais.

O país respira, mas não se recupera. O ambiente político é dominado por investigações simultâneas e narrativas concorrentes de responsabilização. Comissões parlamentares e inquéritos multiplicam-se, ampliando a percepção de que o escândalo deixou de ser evento excepcional para se tornar método recorrente de revelação do funcionamento do poder. No centro dessa dinâmica, está o próprio Estado, observado e julgado por uma sociedade que já não distingue com clareza onde termina a crise e onde começa a normalidade.

Nesse contexto, o protagonismo das estruturas investigativas assume papel ambivalente. Por um lado, reforça o princípio republicano de controle e fiscalização. Por outro, evidencia o grau de deterioração da confiança pública. A atuação do Congresso Nacional, com comissões sucessivas de investigação, e as apurações conduzidas pela Polícia Federal simbolizam um Estado que investiga a si próprio em praça pública.

A transparência, necessária, convive com a teatralização política, inevitável em períodos eleitorais. A economia, por sua vez, não oferece o contrapeso estabilizador que, em outros momentos históricos, serviu para amortecer tensões institucionais. A percepção de fragilidade fiscal, aliada ao baixo dinamismo produtivo e à persistência de desigualdades estruturais, compõe o pano de fundo de uma crise que já não é apenas política, mas sistêmica.

Quando expectativas econômicas se deterioram, a tolerância social ao conflito político diminui. A governabilidade passa a ser avaliada não pela estabilidade institucional, mas pela capacidade imediata de reduzir incertezas, tarefa que nenhum governo contemporâneo tem conseguido cumprir plenamente. Nesse ambiente, escândalos associados a instituições financeiras e estruturas administrativas ampliam a sensação de que o sistema opera desconectado do interesse público. Casos que envolvem entidades como o Banco Master ou investigações relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) transcendem seu conteúdo jurídico específico para assumir significado simbólico mais amplo: tornam-se sinais de um modelo de gestão pública percebido como vulnerável à captura e distorção.

O elemento mais sensível, contudo, não é a existência de crises, mas sua simultaneidade. Crises sobrepostas produzem um efeito cumulativo de desorientação. Quando Executivo, Legislativo e instituições de controle aparecem simultaneamente associados a controvérsias, o cidadão comum passa a perceber o sistema como um bloco indistinto. A distinção entre funções de poder, fundamento da arquitetura republicana, perde nitidez no imaginário coletivo. Essa erosão simbólica talvez seja o fenômeno mais relevante do momento histórico.

Democracias não se sustentam apenas por regras formais; dependem de um estoque mínimo de confiança difusa, fazendo com que o debate público se torne mais emocional, mais reativo e menos racional. A política passa a operar sob a lógica da suspeita permanente.

O Brasil já experimentou ciclos de exaustão política ao longo de sua história republicana. O padrão recorrente é conhecido: períodos de intensa mobilização moralizante seguidos por fases de acomodação pragmática. A diferença atual reside na velocidade e na amplitude da circulação de informações. Redes sociais comprimem o tempo político, transformando eventos em crises instantâneas e crises, em narrativas permanentes. A retórica de colapso generalizado, contudo, merece ser examinada com cautela. Há uma tendência histórica de interpretar momentos de tensão como rupturas definitivas. No entanto, sistemas políticos frequentemente sobrevivem não por sua estabilidade intrínseca, mas por sua capacidade de adaptação incremental.

O que hoje se apresenta como ponto de inflexão pode revelar-se, retrospectivamente, mais um episódio de reconfiguração gradual. Ainda assim, o diagnóstico de fadiga democrática não deve ser descartado, talvez como exagero pessimista. Há a expressão de um fenômeno interessante: a perda de força mobilizadora de grandes narrativas ideológicas. O debate público desloca-se do campo das promessas transformadoras para o da gestão de danos. A política torna-se menos visionária e mais defensiva. Essa mudança de horizonte tem implicações profundas. Quando a política deixa de ser percebida como instrumento de transformação coletiva, ela tende a ser vista apenas como arena de disputa de interesses. O resultado é o aumento do cinismo público e a retração da participação cívica qualificada. Democracias fragilizam-se não apenas por ataques diretos, mas também por desengajamento progressivo. No caso brasileiro, esse processo ocorre em um país que ainda consolida sua cultura institucional.

A frase que foi pronunciada

"Quando o povo está bem informado, pode-se confiar-lhe a administração do próprio governo."

Thomas Jefferson

História de Brasília

Ela surgiu, inocentemente, de uma conversa no bar do acampamento do jornal, àquela época secretariado pelo Eduardo Santa Maria. Ele sugeriu que o jornal deveria ter uma coluna para defender a cidade, e, assim, teve início o nosso trabalho. (Publicada em 15/5/1962)